

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2018	Dividendo	27/07/2018	Ordinária		0,11115
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2018	Juros sobre Capital Próprio	27/07/2018	Ordinária		0,00750
Reunião do Conselho de Administração	29/07/2018	Dividendo	30/08/2018	Ordinária		0,06138
Reunião do Conselho de Administração	29/07/2018	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2018	Ordinária		0,00771

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.888.067	1.882.581
1.01	Ativo Circulante	203.385	201.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	138.634	135.740
1.01.03	Contas a Receber	55.459	62.022
1.01.03.01	Clientes	55.397	61.964
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	58
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	62	58
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.925	1
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.925	1
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.314	1.372
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.053	2.825
1.01.08.03	Outros	4.053	2.825
1.01.08.03.01	Outros Créditos	4.053	2.825
1.02	Ativo Não Circulante	1.684.682	1.680.621
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	428.030	414.856
1.02.01.04	Contas a Receber	0	82
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	0	82
1.02.01.07	Tributos Diferidos	22.036	27.831
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.036	27.831
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	405.994	386.943
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	69.667	66.884
1.02.01.10.04	Debêntures a receber - Partes Relacionadas	336.327	320.059
1.02.03	Imobilizado	18.528	22.137
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.528	22.137
1.02.04	Intangível	1.238.124	1.243.628
1.02.04.01	Intangíveis	1.238.124	1.243.628

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.888.067	1.882.581
2.01	Passivo Circulante	237.542	130.483
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.043	6.024
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.043	6.024
2.01.02	Fornecedores	14.785	14.899
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.785	14.899
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.564	10.868
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.564	10.868
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	9.564	10.868
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	156.957	30.605
2.01.04.02	Debêntures	156.957	30.605
2.01.05	Outras Obrigações	13.090	21.964
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.776	5.831
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.776	5.831
2.01.05.02	Outros	7.314	16.133
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.383	3.610
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.238	7.830
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.693	4.693
2.01.06	Provisões	37.103	46.123
2.01.06.02	Outras Provisões	37.103	46.123
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	21.473	34.693
2.01.06.02.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	15.630	11.430
2.02	Passivo Não Circulante	1.231.346	1.332.475
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.065.320	1.163.687
2.02.01.02	Debêntures	1.065.320	1.163.687
2.02.02	Outras Obrigações	10.766	7.695
2.02.02.02	Outros	10.766	7.695
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	10.766	7.695
2.02.04	Provisões	155.260	161.093
2.02.04.02	Outras Provisões	155.260	161.093
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis trabalhistas e tributárias	77.653	74.395
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	74.535	83.753
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	3.072	2.945
2.03	Patrimônio Líquido	419.179	419.623
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	116.585
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	56.076
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	55.632	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	262.082	783.609	266.049	749.468
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-114.586	-308.770	-105.701	-281.267
3.03	Resultado Bruto	147.496	474.839	160.348	468.201
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.367	-33.067	-10.735	-32.446
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.670	-33.688	-10.737	-32.584
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	303	621	2	138
3.04.04.01	Outras Receitas Líquidas	0	0	2	138
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	138.129	441.772	149.613	435.755
3.06	Resultado Financeiro	-23.575	-63.074	-9.692	-40.255
3.06.01	Receitas Financeiras	14.535	32.016	14.752	37.876
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.110	-95.090	-24.444	-78.131
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	114.554	378.698	139.921	395.500
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.811	-122.450	-45.304	-127.613
3.08.01	Corrente	-35.169	-116.655	-43.850	-131.503
3.08.02	Diferido	-1.642	-5.795	-1.454	3.890
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	77.743	256.248	94.617	267.887
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	77.743	256.248	94.617	267.887
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,28752	0,94771	0,34993	0,99076

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	77.743	256.248	94.617	267.887
4.03	Resultado Abrangente do Período	77.743	256.248	94.617	267.887

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	422.207	440.614
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	585.665	608.628
6.01.01.01	Lucro Líquido	256.248	267.887
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	116.544	111.136
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	871	167
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	76.718	60.744
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-50	-1.321
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias trabalhistas e cíveis	2.490	493
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias trabalhistas e cíveis	2.601	3.163
6.01.01.09	Tributos diferidos	5.795	-3.890
6.01.01.11	Juros capitalizados	-921	-348
6.01.01.12	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	93	70
6.01.01.13	Levantamento dos depósitos judiciais	953	451
6.01.01.14	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.912	-773
6.01.01.15	Constituição de provisão para manutenção	6.738	34.169
6.01.01.16	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	7.651	7.634
6.01.01.17	Juros ativos - Debentures privadas	-16.268	-14.212
6.01.01.18	Obrigações com Poder Concedente	11.459	11.755
6.01.01.19	Provisão para imposto de renda e contribuição social	116.655	131.503
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-163.458	-168.014
6.01.02.01	Clientes	6.474	9.631
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.924	-2.031
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-942	-536
6.01.02.04	Outros créditos	-1.146	-871
6.01.02.05	Fornecedores	-114	3.071
6.01.02.06	Impostos taxas e contribuições a recolher	-1.304	-412
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	19	500
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	-59	3.061
6.01.02.09	Outras contas a pagar	1.071	540
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	-112.455	-130.511
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-1.824	-3.204
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias trabalhistas e cíveis	-1.833	-1.872
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção	-36.700	-33.726
6.01.02.14	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-11.721	-11.654
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-107.381	-345.023
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.212	-2.952
6.02.02	Aquisição de intangível	-105.169	-42.071
6.02.03	Debêntures privadas	0	-300.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-311.932	-338.058
6.03.01	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-6.280	-14.114
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-256.919	-275.702
6.03.07	Juros pagos	-48.733	-48.242

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.894	-242.467
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	135.740	332.433
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	138.634	89.966

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	116.585	0	0	419.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	116.585	0	0	419.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-56.076	-200.616	0	-256.692
5.04.06	Dividendos	0	0	-56.076	-182.596	0	-238.672
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.020	0	-18.020
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	256.248	0	256.248
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	256.248	0	256.248
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	55.632	0	419.179

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-37.313	-238.262	0	-275.575
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.313	-218.806	0	-256.119
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.456	0	-19.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	267.887	0	267.887
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	29.625	0	393.172

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	849.589	820.424
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	731.262	749.166
7.01.02	Outras Receitas	32.290	34.529
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	86.037	36.729
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-195.705	-173.077
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-169.513	-148.086
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.192	-24.991
7.03	Valor Adicionado Bruto	653.884	647.347
7.04	Retenções	-115.952	-114.346
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-116.544	-111.106
7.04.02	Outras	592	-3.240
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	537.932	533.001
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.016	37.876
7.06.02	Receitas Financeiras	32.016	37.876
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	569.948	570.877
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	569.948	570.877
7.08.01	Pessoal	27.338	27.191
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.954	19.810
7.08.01.02	Benefícios	6.172	5.965
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.212	1.416
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	188.401	195.329
7.08.02.01	Federais	150.334	156.218
7.08.02.03	Municipais	38.067	39.111
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.961	80.470
7.08.03.01	Juros	37.708	36.511
7.08.03.02	Aluguéis	2.871	2.339
7.08.03.03	Outras	57.382	41.620
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	256.248	267.887
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.020	19.456
7.08.04.02	Dividendos	182.596	218.806
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.632	29.625

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 3T18

São Bernardo do Campo, 30 de outubro de 2018 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018 (3T18) e os nove meses de 2018 (9M18). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017 (3T17) e aos nove primeiros meses de 2017 (9M17).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- ✓ O volume de tráfego atingiu 14.661 mil veículos equivalentes pagantes no 3T18.
- ✓ A receita líquida atingiu R\$262,1 milhões no 3T18. A receita líquida pró-forma totalizou R\$225,8 milhões no 3T18.
- ✓ O EBITDA pró-forma totalizou R\$183,1 milhões no 3T18, e margem de 81,1%.

Destaques (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Volume de tráfego ¹	14.661	16.058	-8,7%	45.669	47.246	-3,3%
Tarifa Média	16,12	16,11	0,0%	16,01	15,86	1,0%
Receita líquida	262,1	266,1	-1,5%	783,6	749,5	4,6%
EBITDA Pró-forma ²	183,1	201,8	-9,2%	565,1	581,0	-2,7%
Margem EBITDA Pró-forma ²	81,1%	83,0%	-1,9 p.p.	81,0%	81,5%	-0,5 p.p.
Capex	70,7	44,3	59,6%	145,0	79,0	83,5%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

COMPANHIA

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 60 milhões de veículos equivalentes pagantes, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo.

A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001).

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Leves	8.256	8.509	-3,0%	25.650	25.587	0,2%
Pesados	6.404	7.549	-15,2%	20.018	21.659	-7,6%
Total	14.661	16.058	-8,7%	45.669	47.246	-3,3%
Total Comparável¹	14.661	15.268	-4,0%	43.346	42.771	1,3%

¹ Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos e os períodos de 21 de maio a 3 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros.

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes apresentou redução de 8,7% no trimestre, impactado pelo início da isenção de cobrança de pedágio para os eixos suspensos a partir de 31 de maio de 2018. Desconsiderando esses impactos, o tráfego consolidado apresentou redução de 4,0%. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos será objeto de reequilíbrio contratual.

- ✓ **Veículos Leves** – redução de 3,0% no 3T18, reflexo da redução do fluxo de turistas em razão do clima desfavorável no trimestre.
- ✓ **Veículos Pesados** – redução de 15,2% no 3T18, influenciado pelo início da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos. Excluindo esses efeitos houve redução de 5,3%, em função da redução das exportações de commodities agrícolas no Porto de Santos. Vale ressaltar que no 3T17 o tráfego de veículos pesados apresentou crescimento de 13,2%.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Ecovias dos Imigrantes	16,12	16,11	0,0%	16,01	15,86	1,0%

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou estabilidade no 3T18, em função da maior representatividade de tráfego nas praças de pedágio de bloqueio, que possuem tarifas menores durante o trimestre. Em julho de 2018, foi aplicado o reajuste contratual de 2,9% pelo IPCA. No caso do reajuste contratual anual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$283,5 milhões no 3T18, redução de 3,1%, sendo influenciada, principalmente, pela isenção da cobrança de pedágio para os eixos suspensos.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Receitas de Pedágio	236,3	258,7	-8,7%	731,3	749,2	-2,4%
Receitas Acessórias	10,9	10,8	0,6%	32,3	34,5	-6,5%
Receita de Construção	36,3	23,1	57,4%	86,0	36,7	134,2%
Total	283,5	292,6	-3,1%	849,6	820,4	3,6%

Comentário do Desempenho

- ✓ **Receita de Pedágio** – redução de 8,7% no 3T18, resultante, principalmente, da queda do tráfego pelo início da isenção de cobrança de pedágio para eixos suspensos, que será objeto de reequilíbrio contratual.
- ✓ **Receita Acessória** – aumento de 0,6%, em função do maior monitoramento de cargas especiais no 3T18.
- ✓ **Receita de Construção** – aumento devido, principalmente, ao maior nível de obras contratuais no período, em especial, a implantação da marginal norte do km 18 ao 23 da Rodovia Anchieta.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 3T18 cresceram 6,7% e totalizaram R\$124,3 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$43,0 milhões, crescimento de 4,2% em relação ao 3T17, abaixo da inflação de 4,5% no período.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Pessoal	9,1	7,4	23,0%	27,3	27,2	0,5%
Conservação e manutenção	2,4	2,5	-4,0%	7,5	7,4	1,4%
Serviços de terceiros	22,2	23,2	-4,5%	69,7	69,7	0,0%
Seguros, poder concedente e locações	5,6	5,8	-3,2%	17,0	17,1	-1,0%
Outros	3,7	2,3	58,9%	11,6	10,4	11,5%
Custos caixa	43,0	41,2	4,2%	133,1	131,8	1,0%
Depreciação e amortização	38,1	37,4	1,9%	116,5	111,1	4,9%
Provisão manutenção ICPC 01	6,9	14,8	-53,2%	6,7	34,2	-80,3%
Custo de construção de obras ICPC 01	36,3	23,1	57,4%	86,0	36,7	134,2%
TOTAL	124,3	116,4	6,7%	342,5	313,9	9,1%

- ✓ **Pessoal:** R\$9,1 milhões no 3T18, aumento de R\$1,7 milhão, principalmente pelo maior volume de reclamações trabalhistas registradas no período;
- ✓ **Conservação e manutenção:** R\$2,4 milhões no 3T18, redução de R\$0,1 milhão resultante do menor volume de manutenção no sistema de controle de velocidades;
- ✓ **Serviços de terceiros:** R\$22,2 milhões no 3T18, redução de 4,5% devido à menores despesas com consultoria;
- ✓ **Outros:** aumento de R\$1,4 milhão devido na provisão para condenações cíveis;
- ✓ **Provisão para manutenção:** redução de R\$7,9 milhões devido a reversão de provisões para manutenção futuras em função da verificação de constituição dessa provisão acima do necessário para o período remanescente do contrato de concessão;
- ✓ **Depreciação e amortização:** R\$38,1 milhões no 3T18, 1,9% superior ao 3T17, devido a maior base de ativos da Companhia no período.
- ✓ **Custos de construção:** aumento devido, principalmente, ao maior nível de obras contratuais no período, em especial a implantação da marginal norte do km 18 ao 23 da Rodovia Anchieta.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$183,1 milhões no 3T18, com margem de 81,1%. O EBITDA, no 3T18, foi de R\$176,2 milhões (margem de 67,2%).

EBITDA (em milhões de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Lucro líquido	77,7	94,6	-17,8%	256,2	267,9	-4,3%
Imposto de renda e contribuição social	36,8	45,3	-18,7%	122,5	127,6	-4,0%
Resultado Financeiro	23,6	9,7	143,2%	63,1	40,3	56,7%
Depreciação e amortização	38,1	37,4	1,9%	116,5	111,1	4,9%
EBITDA ¹	176,2	187,0	-5,8%	558,3	546,9	2,1%
Margem EBITDA ¹	67,2%	70,3%	-3,1 p.p.	71,2%	73,0%	-1,8 p.p.
Provisão para manutenção ²	6,9	14,8	-53,2%	6,7	34,2	-80,3%
EBITDA Pró-Forma ³	183,1	201,8	-9,2%	565,1	581,0	-2,7%
Margem EBITDA Pró-Forma ³	81,1%	83,0%	-1,9 p.p.	81,0%	81,5%	-0,5 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T18 foi negativo em R\$23,6 milhões, com aumento, principalmente, na variação monetária sobre debêntures em função do aumento do IPCA.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	3T18	3T17	Var.	9M18	9M17	Var.
Juros sobre Debêntures	(12,9)	(12,3)	5,0%	(37,7)	(36,5)	3,3%
Variação Monetária sobre Debêntures, líquida	(15,2)	(1,7)	n.m.	(36,7)	(22,1)	66,3%
Variação Monetária sobre Direito de Outorga	-	(0,2)	n.m.	0,1	1,3	-96,2%
Receitas de Aplicações Financeiras	1,9	1,8	5,8%	6,7	15,9	-57,8%
Ajuste a Valor Presente s/prov.para manut.	(2,6)	(2,5)	0,2%	(7,7)	(7,6)	0,2%
Outros Efeitos Financeiros	5,1	5,2	-1,5%	12,2	8,8	39,7%
TOTAL	(23,6)	(9,7)	143,2%	(63,1)	(40,3)	56,7%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$77,7 milhões no 3T18, redução de 17,8% em relação ao 3T17.

ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou o 3T18 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$138,6 milhões, e endividamento bruto composto por debêntures e obrigações com o poder concedente de R\$1.223,5 milhões, sendo 87% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$1,2 milhão. A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$1.084,9 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma de 1,4x. Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2018	31/12/2017	Var.
Curto Prazo	158,2	38,4	n.m.
Debêntures	157,0	30,6	n.m.
Obrigações com Poder Concedente	1,2	7,8	-84,2%
Longo Prazo	1.065,3	1.163,7	-8,5%
Debêntures	1.065,3	1.163,7	-8,5%
Endividamento Financeiro Bruto¹	1.223,5	1.202,1	1,8%
Obrigações com Poder Concedente	1,2	7,8	-84,2%
Endividamento Bruto	1.224,8	1.210,0	1,2%
Caixa e equivalentes de caixa	138,6	135,7	2,1%
Dívida Líquida	1.086,1	1.074,2	1,1%
Endividamento Financeiro Líquido¹	1.084,9	1.066,4	1,7%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$70,7 milhões no 3T18. Os principais investimentos realizados foram em obras contratuais, em especial, a implantação da marginal norte do km 18 ao 23 da Rodovia Anchieta.

CAPEX (em milhares de R\$)	3T18			9M18		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias dos Imigrantes	53,7	17,0	70,7	108,3	36,7	145,0

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$211,4 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 96 meses e 4 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até 3 de junho de 2026. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de outubro de 2018.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017"), publicadas no dia 1 de março de 2018 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. RECLASSIFICAÇÃO

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$8.833 entre as rubricas "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Edificações" e "Instalações".

	<u>Originalmente Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Imobilizado	30.970	(8.833)	22.137
Intangível	1.234.795	8.833	1.243.628
	<u>1.265.765</u>	<u>-</u>	<u>1.265.765</u>

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$348 referente juros capitalizados, e R\$1.700 referente Pis/Cofins s/outras receitas financeiras, entre as rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" para o período findo em 30 de setembro de 2017.

	<u>Originalmente Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Receitas financeiras (vide Nota Explicativa nº 20)			
Juros capitalizados	-	348	348
Despesas financeiras (vide Nota Explicativa nº 20)			
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	-	(1.700)	(1.700)
Outros	(2.470)	1.352	(1.118)
	<u>(2.470)</u>	<u>-</u>	<u>(2.470)</u>

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$11.654 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades operacionais" e "Caixa gerado nas operações" para o período findo em 30 de setembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao poder concedente".

	<u>Originalmente Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Caixa líquido nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	(25.768)	11.654	(14.114)
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	-	(11.654)	(11.654)
	<u>(25.768)</u>	<u>-</u>	<u>(25.768)</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	6.621	9.440
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	131.164	120.763
Aplicações automáticas (b)	849	5.537
	<u>138.634</u>	<u>135.740</u>

Notas Explicativas

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 17,4% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 27% em Operações Compromissadas, 1% em Letra Financeira (LF), 54,6% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,7% (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor, a referida aplicação possui liquidez imediata.

6. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	30/09/2018	31/12/2017
Pedágio eletrônico (a)	51.740	57.620
Receitas acessórias (b)	4.184	4.778
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(527)	(434)
	<u>55.397</u>	<u>61.964</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Refere-se à constituição de provisão das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	55.111	61.142
Vencidos:		
Até 30 dias	13	277
De 31 a 90 dias	230	484
De 91 a 120 dias	43	61
Acima de 120 dias	527	434
	<u>55.924</u>	<u>62.398</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Saldo no início do período	434	277
Constituição de PECLD do período	549	379
Valores recuperados do período	(456)	(309)
Saldo no fim do período	<u>527</u>	<u>347</u>

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Saldo no início do período	66.884	61.147
Adições	1.824	3.204
Baixas	(953)	(451)
Atualização monetária	1.912	773
Saldo no fim do período	<u>69.667</u>	<u>64.673</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Natureza		
Cível	3.078	3.016
Tributário	9.979	9.114
Trabalhista	5.554	5.349
Desapropriações	15	-
Meio Ambiente	51.041	49.405
	<u>69.667</u>	<u>66.884</u>

Notas Explicativas

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Saldos em			Custo			Depreciação			Residual
			31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	30/09/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017	
Hardwares	20,0	4,1	109.742	1.675	-	-	111.417	(99.920)	(3.385)	(103.305)	8.112	9.822
Máquinas e equipamentos	10,0	5,6	19.868	433	-	-	20.301	(14.213)	(848)	(15.061)	5.240	5.655
Móveis e utensílios	10,0	6,1	6.436	104	-	1	6.541	(4.917)	(299)	(5.216)	1.325	1.519
Terrenos	-	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	3.304	3.304
Veículos	10,0	11,0	5.054	-	-	1	5.055	(4.090)	(418)	(4.508)	547	964
Outros	-	-	873	-	(871)	(2)	-	-	-	-	-	873
			145.277	2.212	(871)	-	146.618	(123.140)	(4.950)	(128.090)	18.528	22.137

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Saldos em			Custo			Depreciação			Residual
			31/12/2016	Adições	Saldos em 30/09/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 30/09/2017	Saldos em 31/12/2016			
Hardwares	20,0	4,8	106.855	1.604	108.459	(94.983)	(3.864)	(98.847)	9.612	11.872		
Máquinas e equipamentos	10,0	6,4	19.441	277	19.718	(12.981)	(935)	(13.916)	5.802	6.460		
Móveis e utensílios	10,0	6,7	6.368	68	6.436	(4.490)	(321)	(4.811)	1.625	1.878		
Terrenos	-	-	3.304	-	3.304	-	-	-	3.304	3.304		
Veículos	10,0	9,2	6.063	-	6.063	(4.540)	(419)	(4.959)	1.104	1.523		
Outros	-	-	873	-	873	-	-	-	873	873		
			142.904	1.949	144.853	(116.994)	(5.539)	(122.533)	22.320	25.910		

Em 30 de setembro de 2018 e de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 11) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

9. INTANGÍVEL

	Taxa média ponderada de amortização %		Saldo em 31/12/2017		Adições		Transferência/ Reclássif.		Saldo em 30/09/2018		Adições		Saldo em 30/09/2018		Residual 31/12/2017	
	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2017	Adições	Adições	Transf.	Reclássif.	Saldo em 30/09/2018	Saldo em 30/09/2018	Adições	Adições	Saldo em 30/09/2018	Saldo em 30/09/2018	Residual	Residual
Contratos de concessão (ii)	-	(i)	2.518.483	2.518.483	34.985	34.985	53.207	2.606.675	(1.285.521)	(111.041)	(1.396.562)	(1.210.113)	1.232.962	1.232.962		
Softwares de terceiros	20		9.204	9.204	141	141	-	9.345	(7.518)	(553)	(8.071)	1.274	1.686	1.686		
Intangível em andamento (iii)	-	-	8.980	8.980	70.964	70.964	(53.207)	26.737	-	-	-	26.737	8.980	8.980		
			<u>2.536.667</u>	<u>2.536.667</u>	<u>106.090</u>	<u>106.090</u>	<u>-</u>	<u>2.642.757</u>	<u>(1.293.039)</u>	<u>(111.594)</u>	<u>(1.404.633)</u>	<u>1.238.124</u>	<u>1.243.628</u>	<u>1.243.628</u>		

	Taxa média ponderada de amortização %		Saldo em 31/12/2016		Adições		Baixas		Transf.		Saldo em 30/09/2017		Adições		Saldo em 30/09/2017		Residual 31/12/2016	
	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2016	Adições	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/09/2017	Saldo em 30/09/2017	Adições	Adições	Saldo em 30/09/2017	Saldo em 30/09/2017	Residual	Residual		
Contratos de concessão (ii)	-	(i)	2.459.355	2.459.355	18.265	18.265	(167)	74	2.477.527	(1.143.963)	(104.799)	(1.248.762)	1.228.765	1.315.392				
Softwares de terceiros	20	11,2	8.977	8.977	219	219	-	-	9.196	(6.535)	(768)	(7.303)	1.893	2.442				
Intangível em andamento (iii)	-	-	6.916	6.916	24.908	24.908	(74)	(74)	31.750	-	-	-	31.750	6.916				
			<u>2.475.248</u>	<u>2.475.248</u>	<u>43.392</u>	<u>43.392</u>	<u>(167)</u>	<u>-</u>	<u>2.518.473</u>	<u>(1.150.498)</u>	<u>(105.567)</u>	<u>(1.256.065)</u>	<u>1.262.408</u>	<u>1.324.750</u>				

(i) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de setembro de 2018 é de 5,70% ao ano (5,63% ao ano em 30 de setembro de 2017).

(ii) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

(iii) Os principais valores concentram-se na implantação da Marginal Norte Km18 ao Km23 SP e Conexão Portos Cidade de Santos.

No período findo em 30 de setembro de 2018 foram capitalizados encargos financeiros de R\$921 (R\$348 em 30 de setembro de 2017). A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de setembro de 2018 é de 2,90% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 1,36% a.a. para o período findo em 30 de setembro de 2017.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis no período findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	30/09/2018	30/09/2018
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.004	670	(119)	6.556	552
Outros	248	53	(219)	82	(166)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	49	82	(63)	68	19
Provisão para manutenção	41.852	1.618	(9.247)	34.223	(7.629)
AVP ônus Concessão	239	-	(239)	-	(239)
Juros capitalizados	(471)	(280)	5	(747)	(276)
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT	(20.090)	-	1.944	(18.146)	1.944
IR e CS diferido - ativo (i)	27.831	2.143	(7.938)	22.036	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(5.795)

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$22.036 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	30/09/2018	31/12/2017
2018	1.219	6.256
2019	4.790	6.006
2020	3.951	5.212
2021	3.951	5.212
2022	3.951	5.212
2023 a 2025	4.174	(67)
	22.036	27.831

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período findo em 30 de setembro de 2018 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	378.698	395.500
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(128.757)	(134.470)
Juros sobre o capital próprio	6.127	6.615
Despesas indedutíveis	(2)	(3)
Gratificações diretores	(58)	(77)
Incentivos fiscais (PAT)	366	303
Outros	(126)	19
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(122.450)</u>	<u>(127.613)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(116.655)	(131.503)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(5.795)	3.890
Taxa efetiva	32,3%	32,3%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Saldo no início do período provisão IR/CS	11.430	15.748
Despesa IR/CS DRE	116.655	131.503
Total de IR/CS pagos no período	<u>(112.455)</u>	<u>(130.510)</u>
Saldo no fim do período provisão IR/CS	<u>15.630</u>	<u>16.741</u>

11. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	30/09/2018	31/12/2017
2ª Emissão	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	1.222.277	1.194.292
Circulante			156.957	30.605
Não Circulante			1.065.320	1.163.687

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Saldo no início do período	1.194.292	1.158.134
Pagamento de juros	(48.733)	(48.242)
Encargos financeiros e variação monetária (vide Nota Explicativa nº 20)	76.718	60.744
Saldo no fim do período	<u>1.222.277</u>	<u>1.170.636</u>

Notas Explicativas

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A companhia possui contratos com Cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
2ª	Dívida Líquida/Ebitda ajustado	<3,5 x	1,40
	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0x	9,35

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	(355)	(355)	133.467	(2.942)	130.525
2020	137.631	(2.673)	134.958	133.466	(2.653)	130.813
2021	-	(2.874)	(2.874)	-	(2.874)	(2.874)
2022	312.401	(2.056)	310.345	302.945	(2.057)	300.888
Posteriores a 2023	624.870	(1.624)	623.246	605.959	(1.624)	604.335
	<u>1.074.902</u>	<u>(9.582)</u>	<u>1.065.320</u>	<u>1.175.837</u>	<u>(12.150)</u>	<u>1.163.687</u>

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão (*)	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,86% a.a.
2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,85% a.a.
		<u>881.000</u>	<u>(30.352)</u>	<u>850.648</u>		

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse

Notas Explicativas

procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 30 de setembro de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	62	-	5.433	-	36.487	18.797
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	211	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	-	336.327	-	16.267	-	-
CBB Ind. e Com de Asfaltos e Eng. Ltda (d)	Outras partes relacionadas	-	7.296	-	-	-	-
TB Transportadora de Betumes Ltda (d)	Outras partes relacionadas	-	616	-	-	-	-
Consórcio Baixada Santista S.A. (e)	Outras partes relacionadas	-	10.569	343	-	-	-
Total em 30 de setembro de 2018		62	354.808	5.776	16.478	36.487	18.797
Total em 31 de dezembro de 2017		58	362.886	5.831			
Total em 30 de setembro de 2017					214	37.711	19.427

(a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$74.493. O saldo em aberto de R\$5.433 em 30 de setembro de 2018 (de serviços já incorridos), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (b) Locação do prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 30 de setembro de 2018, o valor mensal da locação é de R\$24 (R\$24 em 31 de dezembro de 2017).
- (c) Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 12 de abril de 2025.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$28.429. O prazo para execução desses serviços é 31 de maio de 2020. Em 30 de setembro de 2018, não há saldos em aberto, de serviços já incorridos, a pagar.
- (e) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de implantação de acessos da SP 150, Rodovia Anchieta pista norte no KM 56. O preço global firmado é de R\$22.899 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2018. Em 30 de setembro de 2018, o saldo em aberto de R\$343 (de serviços já incorridos), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 30 de setembro de 2018, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2018 em R\$1.707 (R\$1.300 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração (fixa/variável)	854	638
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	0	134
Seguro de vida	2	1
Assistência saúde	44	40
Previdência privada	38	35
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	132	161
	<u>1.070</u>	<u>1.009</u>

13. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 6,58% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	527.336	13.019	-	-	540.355
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 19)	(86.601)	(6.281)	-	-	(92.882)
Realização da manutenção	(377.312)	-	(36.700)	-	(414.012)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	55.023	-	-	7.524	62.547
	<u>118.446</u>	<u>6.738</u>	<u>(36.700)</u>	<u>7.524</u>	<u>96.008</u>
Circulante	34.693				21.473
Não circulante	83.753				74.535

	31/12/2016	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	468.653	42.624	-	-	511.277
Efeito do valor presente sobre a constituição	(75.327)	(8.455)	-	-	(83.782)
Realização da manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	(329.592)	-	(33.726)	-	(363.318)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	45.013	-	-	7.507	52.520
	<u>108.747</u>	<u>34.169</u>	<u>(33.726)</u>	<u>7.507</u>	<u>116.697</u>
Circulante	26.825				26.006
Não circulante	81.922				90.691

Notas Explicativas

14. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 9,50% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	5.315	127	5.442
	<u>2.945</u>	<u>127</u>	<u>3.072</u>
Não circulante	2.945		3.072

	31/12/2016	Efeito financeiro	30/09/2017
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	5.146	127	5.273
	<u>2.776</u>	<u>127</u>	<u>2.903</u>
Não circulante	2.776		2.903

15. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	30/09/2018	31/12/2017
Parcelas fixas (a)	-	6.330
Parcelas variáveis (b)	1.238	1.500
	<u>1.238</u>	<u>7.830</u>
Circulante	1.238	7.830

Notas Explicativas

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também com atualização monetária pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de setembro de 2018 o desconto de R\$1.063 (R\$1.063 em 30 de setembro de 2017), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$50 (R\$258, credor, em 30 de setembro de 2017), e foi totalizado o valor líquido de R\$50 (R\$1.321, credor, em 30 de setembro de 2017) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	30/09/2017
Saldo no início do período	7.830	27.697
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	(50)	(1.321)
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	11.459	11.755
Pagamento principal e atualização	(18.001)	(25.768)
Saldo no fim do período	<u>1.238</u>	<u>12.363</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo menor dos índices entre IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	Previsão de 2018 ao fim da concessão	
	30/09/2018	31/12/2017
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	303.622	89.439
Conservação especial (manutenção)	180.295	223.587
Equipamentos	54.336	53.000
	<u>538.253</u>	<u>366.026</u>

Notas Explicativas

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que após correção pela inflação totalizou R\$278 milhões, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

16. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	61.094	4.671	8.630	74.395
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.253	607	630	2.490
(-) Pagamentos	(1.233)	(600)	-	(1.833)
(+) Atualização monetária	2.288	260	53	2.601
Saldos em 30 de setembro de 2018	63.402	4.938	9.313	77.653

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	57.882	4.713	7.667	70.262
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(186)	2	677	493
(-) Pagamentos	(874)	(998)	-	(1.872)
(+) Atualização monetária	2.374	740	49	3.163
Saldos em 30 de setembro de 2017	59.196	4.457	8.393	72.046

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2018, R\$10.844 (R\$13.163 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Será interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 30 de setembro de 2014, em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para

Notas Explicativas

30 de setembro de 2018 é de R\$51.041 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2018, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$16.161 (R\$18.775 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de setembro de 2018, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$25.868 (R\$25.130 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

Notas Explicativas

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 30 de setembro de 2018 é de R\$256.919 refere-se a: R\$56.076 de dividendos e R\$ 3.383 de juros sobre capital próprio remanescentes de 2017, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2018, R\$182.596 dividendos intermediários e R\$14.637 (dos 18.020 contabilizados) de juros sobre o capital próprio do exercício de 2018, aprovados em reuniões do Conselho de Administração. O saldo de R\$3.383 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

18. RECEITA LÍQUIDA

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	79.797	90.986	254.296	267.894
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	137.359	150.603	420.034	434.446
Vale-pedágio	19.098	17.013	56.747	46.464
Outras	41	121	185	362
	<u>236.295</u>	<u>258.723</u>	<u>731.262</u>	<u>749.166</u>
Receitas com construção (b)	36.306	23.071	86.037	36.729
Receitas acessórias (c)	10.860	10.792	32.290	34.529
	<u>47.166</u>	<u>33.863</u>	<u>118.327</u>	<u>71.258</u>
Receita bruta	283.461	292.586	849.589	820.424
Deduções de receita	(21.379)	(26.537)	(65.980)	(70.956)
Receita líquida	<u>262.082</u>	<u>266.049</u>	<u>783.609</u>	<u>749.468</u>

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

c) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

Notas Explicativas

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Base de cálculo de impostos				
Receitas com arrecadação de pedágio	236.295	258.723	731.262	749.166
Receitas acessórias	10.860	10.792	32.290	34.529
	<u>247.155</u>	<u>269.515</u>	<u>763.552</u>	<u>783.695</u>
Deduções				
COFINS (3%)	(7.415)	(8.086)	(22.907)	(23.511)
PIS (0,65%)	(1.606)	(1.751)	(4.963)	(5.094)
ISS (2% a 5%)	(12.333)	(13.460)	(38.081)	(39.111)
Devoluções e abatimentos	(25)	(3.240)	(29)	(3.240)
Deduções da receita	<u>(21.379)</u>	<u>(26.537)</u>	<u>(65.980)</u>	<u>(70.956)</u>

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Pessoal	9.060	7.364	27.338	27.191
Conservação e manutenção	2.378	2.477	7.545	7.443
Serviços de terceiros (*)	22.194	23.246	69.729	69.703
Seguros	900	876	2.636	3.043
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nºs 8 e 9)	38.072	37.363	116.544	111.106
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	3.711	4.042	11.459	11.755
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº13) (**)	6.920	14.784	6.738	34.169
Custos com construção	36.306	23.071	86.037	36.729
Locações de imóveis e máquinas	995	874	2.871	2.339
Outros custos e despesas operacionais	3.720	2.341	11.561	10.373
	<u>124.256</u>	<u>116.438</u>	<u>342.458</u>	<u>313.851</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	114.586	105.701	308.770	281.267
Despesas gerais e administrativas	9.670	10.737	33.688	32.584
	<u>124.256</u>	<u>116.438</u>	<u>342.458</u>	<u>313.851</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

(**) Em 30 de setembro de 2018, a Companhia reverteu R\$15.340 referente a provisão para manutenção e construção de obras.

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.943	1.836	6.693	15.872
Varição monetária sobre debêntures	5.214	5.656	5.426	5.656
Varição monetária sobre créditos fiscais	1.412	119	2.635	773
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente	0	(167)	50	1.321
Juros ativos sobre debêntures privadas	5.535	7.323	16.267	14.212
Juros capitalizados	426	231	921	348
Outros	5	(15)	24	42
	<u>14.535</u>	<u>14.983</u>	<u>32.016</u>	<u>38.224</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(12.884)	(12.272)	(37.708)	(36.511)
Varição monetária sobre debêntures	(20.384)	(7.365)	(42.123)	(27.720)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(334)	(487)	(2.313)	(2.169)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(2.551)	(2.545)	(7.651)	(7.634)
Varição monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(1.035)	(916)	(2.601)	(1.627)
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	(1.444)	(694)	(1.444)	(1.700)
Outras	522	(396)	(1.250)	(1.118)
	<u>(38.110)</u>	<u>(24.675)</u>	<u>(95.090)</u>	<u>(78.479)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(23.575)</u>	<u>(9.692)</u>	<u>(63.074)</u>	<u>(40.255)</u>

21. LUCRO POR AÇÃO**a) Lucro básico por ação**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/09/2018	30/09/2017
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	256.248	267.887
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,95</u>	<u>0,99</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

Notas Explicativas

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (i)	1.223.515	1.202.122
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(138.634)</u>	<u>(135.740)</u>
Dívida líquida	<u>1.084.881</u>	<u>1.066.382</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>419.179</u>	<u>419.623</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,59</u>	<u>2,54</u>

- (i) A dívida é definida como debêntures circulante e não circulante e obrigações com Poder Concedente circulante, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 11 e 15.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 99,69% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (98,9% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2018 são como segue:

		Contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	6.621	6.621
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	55.397	55.397
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	132.013	132.013
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	14.785	14.785
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.222.277	1.222.277
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	1.238	1.238
<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> (iv)	Outros passivos financeiros	138	138

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens *top-down* e *botton-up*.

Na abordagem *top-down* são identificados os riscos significativos e de cada Unidade de Negócio que podem impactar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia. Estão relacionados à análise do ambiente externo (ameaças e oportunidades) e do ambiente interno (forças e fraquezas) e traduzidos no inventário de riscos significativos (*Top Risks*).

Notas Explicativas

Sua revisão está inserida no acompanhamento e no monitoramento do cumprimento do Planejamento Estratégico.

Na abordagem *botton-up* são identificados os riscos de processos na cadeia de valor dos processos de gestão, de negócio e de suporte que podem impactar o cumprimento dos objetivos dos processos da Companhia. Sua revisão está inserida nas atividades de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria com acompanhamento e monitoramento periódico.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: prontidão Operacional, Imagem, Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Legal e Social.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$41.256 (R\$48.447 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	154.060	149.931	-	-
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	59.957	43.608	45.244	1.206.199
		<u>214.017</u>	<u>193.539</u>	<u>45.244</u>	<u>1.206.199</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	7.982	5.986	3.991
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(73.116)	(74.143)	(75.175)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(65.134)</u>	<u>(68.157)</u>	<u>(71.184)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	7,63%	5,72%	3,82%
IPCA (b)	4,22%	5,28%	6,33%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 22 de fevereiro de 2018 e 31 de outubro de 2017, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 30 de outubro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores